

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.895 - BA (2019/0193070-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : **CONSTRUQUALI ENGENHARIA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **GABRIEL TURIANO MORAES NUNES - BA020897**
TOMÁS MIGUEL MORAES NUNES - BA030979
PAULO HENRIQUE SOARES ROCHA VILAÇA - BA053666
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FEITOS DE RELAÇÃO DE CONSUMO CÍVEL E COMERCIAIS DE LAURO DE FREITAS - BA**
SUSCITADO : **JUÍZO DA VARA ÚNICA DO TRABALHO DE CATENDE - PE**
INTERES. : **ANTONIO GILSON DA SILVA**
ADVOGADOS : **JOSÉ RINALDO FERNANDES DE BARROS - PE023837**
JOSÉ CASSEMIRO DE ARAÚJO FILHO - PE033754

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO. INSCRIÇÃO DO NOME DA SUSCITANTE NO BANCO NACIONAL DE DEVEDORES TRABALHISTAS - BNDT. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RETIRADA DO NOME SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA.

1. Nos termos do arts. 6º, § 4º e 52, III da Lei 11.101/2005, o deferimento do processamento da recuperação judicial, excetuada a tramitação de ações que demandam quantias ilíquidas, suspende o curso das execuções em face da empresa recuperanda, bem como o respectivo prazo prescricional.

2. Não há se falar em extinção da execução trabalhista face o deferimento do processamento da recuperação judicial, a qual possui o condão de apenas suspender a sua tramitação, quando existente valor líquido.

3. "Uma vez homologado o plano de recuperação judicial, os órgãos competentes devem ser oficiados a providenciar a baixa dos protestos e a retirada, dos cadastros de inadimplentes, do nome da recuperanda e dos seus sócios, por débitos sujeitos ao referido plano, com a ressalva expressa de que essa providência será adotada sob a condição resolutiva de a devedora cumprir todas as obrigações previstas no acordo de recuperação" (REsp 1260301/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 21/08/2012).

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o

Juízo de Direito da 1ª Vara de Feitos de Relação de Consumo Cível e Comerciais de Lauro de Freitas - BA, bem como determinar a suspensão do nome da suscitante do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT.

DECISÃO

1. Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara de Feitos de Relação de Consumo Cível e Comerciais de Lauro de Freitas - BA, no qual se processa a recuperação judicial, e o Juízo da Vara Única do Trabalho de Catende - PE que, nos autos da reclamação trabalhista n. 0000176-63.2017.5.06.0301 indeferiu a extinção da execução trabalhista, bem como negou a retirada do nome da suscitante do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT.

Alega a suscitante que teve o seu plano de recuperação judicial homologado pelo primeiro Juízo suscitado em 12/04/2019 com a suspensão das execuções em seu desfavor.

Narra que o Juízo laboral, mesmo após comunicado da homologação do referido plano, negou-se a realizar a extinção da referida execução trabalhista, bem como manteve a inscrição do nome da suscitante do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, o que trará embaraços ao processo de recuperação, uma vez que a suscitante participa de procedimentos licitatórios junto à Administração Pública.

Nesse ínterim, requereu liminar para suspender a referida execução, bem como retirar seu nome do BNDT, a qual foi indeferida às fls. 252-253.

Sem informações dos juízos suscitados (fl. 258).

Parecer do Ministério Público, às fls. 260-262, opinando pelo não conhecimento do conflito, *in verbis*:

- Conflito positivo de competência.
- Não houve ato jurisdicional de constrição patrimonial emanado do Juízo Trabalhista em desfavor da Suscitante.
- Parecer pelo não conhecimento do presente conflito de competência.

É o relatório. Decido.

2. Com efeito, verifica-se a ocorrência de conflito de competência.

Nos termos do arts. 6º, § 4º e 52, III da Lei 11.101/2005, o deferimento do processamento da recuperação judicial, excetuada a tramitação de ações que demandam quantias ilíquidas suspende o curso das execuções em face da empresa recuperanda, bem como o respectivo prazo prescricional, *in verbis*:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(...)

§ 4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

(...)

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

(...)

III – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

Logo, não há se falar em extinção da execução trabalhista face o deferimento do processamento da recuperação judicial, a qual possui o condão de apenas suspender a sua tramitação.

O motivo dessa norma que determina a pausa momentânea das execuções (stay period) na recuperação judicial é a de permitir que o devedor em crise consiga negociar de forma conjunta com todos os credores e, ao mesmo tempo, preservar o patrimônio do empreendimento, que ficará livre, por um determinado período de respiro, de eventuais constrições de bens necessários à continuidade da atividade empresarial, viabilizando a continuidade da atividade empresarial e reduzindo o risco de haver uma falência.

3. De outro norte, imperiosa a suspensão do nome da suscitante do Banco Nacional de Devedores Trabalhista, sob pena de inviabilizar a atividade empresarial, nos termos sedimentados por esta Corte Superior de Justiça:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. DÍVIDAS COMPREENDIDAS NO PLANO. NOVAÇÃO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PROTESTOS. BAIXA, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO.

1. Diferentemente do regime existente sob a vigência do DL nº 7.661/45, cujo art. 148 previa expressamente que a concordata não produzia novação, a primeira parte do art. 59 da Lei nº 11.101/05 estabelece que o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido.

2. A novação induz a extinção da relação jurídica anterior, substituída por uma nova, não sendo mais possível falar em inadimplência do devedor com base na dívida extinta.

3. Todavia, a novação operada pelo plano de recuperação fica sujeita a uma condição resolutiva, na medida em que o art. 61 da Lei nº 11.101/05 dispõe que o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convalidação da recuperação em falência, com o que os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e

ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial.

4. Diante disso, uma vez homologado o plano de recuperação judicial, os órgãos competentes devem ser oficiados a providenciar a baixa dos protestos e a retirada, dos cadastros de inadimplentes, do nome da recuperanda e dos seus sócios, por débitos sujeitos ao referido plano, com a ressalva expressa de que essa providência será adotada sob a condição resolutiva de a devedora cumprir todas as obrigações previstas no acordo de recuperação.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1260301/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 21/08/2012) [g.n.]

É certo que, conforme precedente supracitado, a suspensão do cadastro no BNDT deve ser realizado sob condição resolutiva, uma vez que, não cumpridas as obrigações assumidas no plano de recuperação judicial quanto ao débito exequendo, o retorno do nome da suscitante ao referido cadastro é medida que se impõe.

4. Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Feitos de Relação de Consumo Cível e Comerciais de Lauro de Freitas - BA para decidir sobre todas as questões que envolvam o patrimônio da recuperanda, bem como determinar a imediata suspensão do nome da suscitante do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, face o deferimento do processamento da recuperação judicial, autorizando o retorno da inscrição no caso de não cumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação judicial.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator